



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS**

PROJETO DE APOIO AO USO SUSTENTÁVEL

DAS FLORESTAS BRASILEIRAS

BRASILIA - 2001

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO	3
1.1 TÍTULO DO PROJETO.....	3
1.2 CUSTO TOTAL E FONTE DE RECURSOS	3
1.3 MOEDA DE FINANCIAMENTO.....	4
1.4 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	4
1.4.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	4
1.4.2 OBJETIVO GERAL.....	6
1.4.3 COMPONENTES	7
1.4.4 AÇÕES PREVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA...	8
1.4.5 BENEFICIÁRIOS E LOCALIZAÇÃO DO PROJETO.....	10
1.4.6 OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO.....	15
1.4.7 INFORMAÇÕES SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS.....	15
1.4.8 AÇÕES REALIZADAS PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	16
2. INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR	19
2.1 IDENTIFICAÇÃO.....	19
2.2 EXPERIÊNCIAS DO EXECUTOR COM ORGANISMOS FINANCEIROS EXTERNOS.....	19
2.3 AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR.....	19
3. DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO	20
3.1 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	22
3.2 CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS.....	22
3.3. MEDIDAS E INSTRUMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO..	23
4. RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A COFIEX	23
ANEXO I	24
ANEXO II	25

1. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

1.1 PROJETO DE APOIO AO USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS BRASILEIRAS

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) submete ao PCarta Consulta para solicitar financiamento externo, através do Banco Mundial, para implementação do PROJETO DE APOIO AO USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS BRASILEIRAS.

O Projeto em sua duração prevista para quatro anos, contém um montante de 1852 milhões de dólares, dos quais US\$ 100 milhões serão oriundos de empréstimo externo (Banco Mundial) e US\$ 872 milhões serão formados por recursos internos (União, Estados e Municípios). Este projeto está inserido no Programa Nacional de Florestas (PNF), que por sua vez tem previsão de atuação permanente no setor florestal brasileiro e recursos já definidos por 10 anos.

NESSE CASO, PODE-SE PENSAR EM APENAS 2 FASES COM DURAÇÃO DE 5 ANOS CADA.

1.2. CUSTO TOTAL E FONTE DE RECURSOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DO PROJETO
PLANO DE INVESTIMENTOS (anos 1 a 4)
(US\$ milhões)

Discriminação	Valores (US\$ milhões)	%
Fonte Externa		
BIRD	100	54
Fonte Interna		
Governo Federal	47	25
Governos Estaduais	25	13
Governos Municipais	15	8
TOTAL	187	100

duração total dividido em 3 fases de acordo com a
 fase 2 durará um ano e três meses e recursos na ordem de US\$ 400 milhões.
 (Quadro 2)

is					

1.3. MOEDA DE FINANCIAMENTO

Dólar norte-americano

1.4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA - CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

O PROJETO DE APOIO AO USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS BRASILEIRAS foi concebido no âmbito do PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS (PNF), que representa o marco referencial das ações de governo e não governamentais para o desenvolvimento sustentável das florestas brasileiras.

O PNF está composto por 10 linhas temáticas com ações produtivas e estruturantes das quais o Projeto implementar apenas 3 delas que correspondem as ações de manejo, fomento de áreas plantadas e o monitoramento e controle.

1.4.1. DESCRIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO DO PROBLEMA

O Brasil possui aproximadamente 5,5 milhões de km² ou 65% do seu território de florestas nativas. Desse total, 2/3 são formados por floresta tropical, cerca de 3,7 milhões de km², e o restante pela Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Florestas Estacionais e Mata de Araucária.

Estima-se um estoque de 60 bilhões de m³ de madeira em tora, além de outras riquezas, tais como frutos, óleos, resinas, fibras e plantas medicinais. A Amazônia contém a mais rica biodiversidade do planeta e seus serviços ambientais contribuem para o equilíbrio do clima regional e global.

Apesar da maior parte da atividade florestal na Amazônia estar em desacordo com o que é preconizado pelo manejo sustentável, a sua produção atual é de 28 milhões de m³ de madeira em tora, aproximadamente 8% da produção mundial de florestas nativas. Estes dados demonstram a necessidade de se implantar novas tecnologias de processamento de toras de madeira nativas e a extensão e capacitação do Manejo Florestal na região.

A extração de produtos florestais não-madeireiros têm sofrido um declínio acentuado nas últimas três décadas, tanto na Caatinga quanto na Mata Atlântica, em razão do desmatamento. Já na Amazônia, o que contribui para esse fato é a baixa produtividade, a competição com similares ou sintéticos em escala comercial e incentivos governamentais insatisfatórios.

Por outro lado, as florestas plantadas, aproximadamente 6,4 milhões de hectares, dos quais 4,8 milhões de hectares de *Eucalyptus* e *Pinus*, destinam-se à produção de celulose e papel, carvão, painéis, móveis, madeira serrada, resinas, óleos essenciais e borracha. Atualmente, a maioria das plantações florestais é feita pelos setores produtivos e por alguns estados, com investimentos inferiores à demanda.

A situação atual dos estoques potenciais confrontados com a capacidade de consumo configuram uma situação de exaustão para o setor florestal a partir de 2004 (figura 1). Para evitar tal colapso, este Projeto tem como um dos objetivos ampliar a base florestal plantada, integrando ao processo produtivo as pequenas e médias propriedades. A meta do componente 2 (Fomento da Base Florestal Plantada) é promover o plantio de florestas para a produção de celulose e papel, carvão vegetal, madeira sólida e lenha.

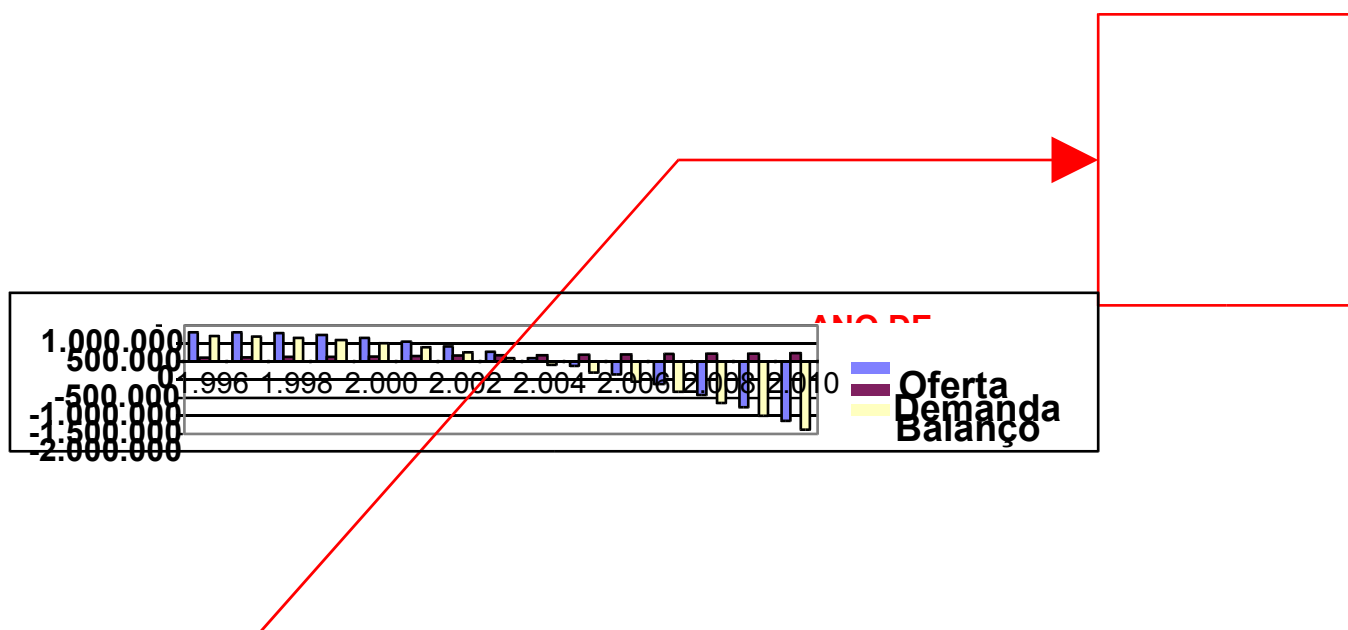


Figura nº 1: Balanço de Oferta/Demanda de Estoques Florestais.

O uso múltiplo de florestas plantadas tem sido utilizado por algumas empresas florestais que realizam seus investimentos visando obter maior diversidade de produtos, com valor agregado elevado. Assim, a utilização da madeira de espécies florestais de rápido crescimento em substituição à madeira de espécies florestais nativas já é uma realidade.

O setor moveleiro que utiliza madeira procedente de florestas plantadas aumentou sua exportação, passando de 25 milhões para 400 milhões de dólares entre 1991 e 1998, com projeção de atingir 3 bilhões de dólares até 2010.

O setor de papel e celulose consome 108 milhões de m³/ano de madeira originária de plantios com fins industriais, o que corresponde a 400 mil ha de colheita. As

tendências verificadas apontam taxas de crescimento elevadas e identificam um desequilíbrio entre a oferta e demanda de madeira, para atender a projeção de crescimento das indústrias de base florestal a partir desta década.

Os compradores de madeira reclamam da falta de qualidade (secagem, dimensões e identificação) da madeira nativa, bem como da imagem negativa a ela associada. Faz-se necessário, portanto, modernizar o parque industrial madeireiro, promover o correto manejo das florestas nativas e a expansão da base florestal plantada com a utilização de espécies de rápido crescimento e alta produtividade.

Para assegurar a perpetuidade dos recursos florestais e a sustentabilidade sócio-econômica do setor, é necessário a adoção de métodos e técnicas de exploração e processamento, capazes de conter o uso do fogo, a exploração predatória, os desmatamentos ilegais e que venham a estimular a recomposição de áreas degradadas com plantios florestais.

Na estrutura do Governo Federal, cabe à Secretaria de Biodiversidade e Florestas, por meio da Diretoria do Programa Nacional de Florestas, promover, coordenar e integrar ações que assegurem o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais.

Neste contexto, buscando as soluções para estas grandes questões, o Ministério do Meio Ambiente propõe a presente Carta Consulta, solicitando financiamento externo para implementação do **PROJETO DE APOIO AO USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS BRASILEIRAS**.

A

A

1.4.2. OBJETIVO GERAL

O Projeto tem por objetivo geral a promoção do uso sustentável e a conservação das florestas nativas e plantadas do Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- apoiar o manejo sustentável de florestas nativas através da expansão e consolidação de unidades de conservação e a promoção do manejo florestal em áreas privadas;
- ampliar a base florestal plantada através de fomento silvicultural e da recomposição de áreas alteradas de relevante função ecológica, em pequenas e médias propriedades rurais;
- reduzir a exploração predatória, o desmatamento ilegal e os incêndios florestais em áreas críticas.

Para o desenvolvimento das ações previstas no Projeto, os objetivos específicos foram distribuídos em três (3) componentes.

1.4.3. COMPONENTES

Os três (3) componentes do Projeto foram definidos a partir das prioridades na promoção do uso sustentável, conservação das florestas nativas e promoção de florestas plantadas:

- 1.
2. Manejo sustentável de florestas nativas;
3. Fomento da base florestal plantada e recomposição de áreas alteradas
4. Monitoramento e controle

Os componentes do Projeto têm como estratégia gerar condições adicionais ao PNF implementando ações junto aos diversos setores de governo e não governamentais, em todos os níveis, federais, estaduais e municipais.

Os componentes, detalhados no Quadro 1, consolidam instrumentos de gestão, definição de normas e mecanismos de financiamento de ações que assegurem a proteção e o uso sustentável de todas as florestas brasileiras.

1.4.4 – AÇÕES PREVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

QUADRO 1 – AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS POR COMPONENTE

COMPONENTE 1: MANEJO FLORESTAL

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	QUANTIFICAÇÃO	PARCERIAS (1)Federal (2)Estadual (3)Municipal (4)ONG (5)Instituições	CUSTOS PREVISTOS (US\$) milhões
1.1. MANEJO DE ÁREAS PÚBLICAS	Identificar áreas potenciais para criação de unidades de uso sustentável	10 milhões ha	(1), (2), (3), (4)	5,0
	Criação de unidades de conservação na Amazônia Legal, no Centro-Oeste e no Nordeste	40 Florestas Nacionais 10 Reservas Extrativistas 10 Florestas Estaduais 10 Florestas Municipais	(1), (2), (3)	10,0
	Estruturar as unidades de conservação de uso sustentável já existentes	60 FLONAS	(1), (2)	7,0
	Implementar mecanismos de concessão florestal	4 workshops 4 consultas públicas	(1), (2), (3), (4)	5,0
	Elaborar planos de manejo nas unidades de uso sustentável	120 planos de manejo	(1), (2), (3), (4)	15,0
	Implantar programas de capacitação técnica em manejo florestal sustentável para distintos públicos alvo	30 cursos	(1), (2), (3), (4)	10,0

1.2. MANEJO DE ÁREAS PRIVADAS	Difundir a prática do Manejo Florestal Sustentável	15 cartilhas 10 livros 15 apostilas 100 treinamentos	(1), (2), (3), (4)	5,0
	Apoiar e difundir a criação de Critérios e Indicadores nacionais, para o manejo Florestal visando a certificação	5 manuais de campo 5 apostilas 50 treinamentos	(1), (4)	3,0
	Implementar regimes de acesso nas unidades de uso sustentável a partir da definição de modelos de exploração de áreas privadas	40 licitações	(1), (5)	3,0
	Incorporar o manejo florestal em pequenas e médias propriedades rurais	5 estudos 10 unidades demonstrativas 100 treinamentos	(1), (2), (3), (4)	6,0
	Implantar programas de capacitação técnica em manejo florestal sustentável para distintos públicos alvo	5 workshops 5 palestras 10 cursos	(1), (2), (3), (4)	5,0

COMPONENTE 2: FOMENTO FLORESTAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	QUANTIFICAÇÃO	PARCERIAS (1)Federal (2)Estadual (3)Municipal (4)ONG (5)Instituições	CUSTOS PREVISTOS (US\$) milhões
2.1. EXPANSÃO DE ÁREAS PLANTADAS	Promover o reflorestamento com ênfase em pequenas e médias propriedades, levando em consideração a integração floresta x indústria	80 mil ha	(1), (2), (3), (4)	30,0
	Promover e integrar a assistência técnica nas áreas prioritárias para reflorestamento	17 mil famílias rurais	(2), (3), (4)	5,5
	Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades rurais	9 mil ha	(1), (4)	4,5
	Adequar os programas de crédito e financiamentos existentes aos aspectos técnicos do processo de reflorestamento	Reuniões com FCO, BT, BNDES, PRONAF	(1)	3,0
	Implantar programas de capacitação técnica em reflorestamento para distintos públicos alvo	23 Programas 21 Seminários 12 Workshops	(3), (4), (5)	7,0

2.2. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	Definir áreas prioritárias com base em bacias e microbacias hidrográficas, priorizando as pequenas e médias propriedades rurais	64 mil ha de áreas prioritárias	(1), (5)	3,2
	Analisar, desenvolver e adequar normas e instrumentos para incentivar a recuperação de áreas degradadas	3 normas (Conama) 5 instrumentos (Fundos)	(1)	1,8
	Apoiar financeiramente as atividades de recomposição em áreas críticas	10 mil ha	(1), (2), (3), (4)	11,3
	Apoiar iniciativas promissoras em locais de recomposição através de Prefeituras, ONG's e associações sem fins lucrativos	9 mil ha	(3), (4), (5)	5,7
	Definir áreas prioritárias com base em bacias e microbacias hidrográficas, priorizando as pequenas e médias propriedades rurais	64 mil ha de áreas prioritárias	(1), (5)	3,2

Custo do fomento para plantio de monocultura: US\$ 377,00/ha (Fonte: Sociedade Brasileira de Silvicultura)

Média de extensão territorial fomentado por propriedade: 3 ha (Fonte: PNF)

Custo do fomento de sistemas agroflorestais: US\$ 520,00/ha (Fonte: Embrapa)

Custo dos cursos: programas (US\$ 150.000,00), seminário (US\$ 100.000,00) e workshop (US\$ 60.000,00)

Custo para geoprocessamento de áreas prioritárias: US\$ 50,00/ha (Fonte: Programa Nacional de Florestas)

Custo da atividade de recomposição em áreas degradadas: US\$ 1.100,00/ha (Fonte: Programa Nacional de Florestas)

Custo do fomento de sistemas agroflorestais em áreas alteradas: US\$ 650,00/ha (Fonte: Embrapa)

COMPONENTE 3: MONITORAMENTO E CONTROLE

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	QUANTIFICAÇÃO	PARCERIAS (1)Federal (2)Estadual (3)Municipal (4)ONG (5)Instituições	CUSTOS PREVISTOS (US\$) milhões
----------------	-----------------	---------------	---	--

3.1. CONTROLE DO USO AMBIENTAL PREDATÓRIO	Desenvolver e/ou aprimorar normas e procedimentos que coíbam a exploração florestal predatória	4 normas (IBAMA)	(1)	1,9
	Implementar em larga escala na Amazônia Legal as ações bem sucedidas de monitoramento e controle de desmatamento e queimadas identificadas e testadas em outros projetos (Promanejo, Prodesque)	240 mil ha	(1), (2)	12,0
	Elaborar e implementar planos de ação para a redução, prevenção e combate a incêndios, queimadas acidentais e desmatamentos ilegais, nos diversos biomas	10 planos de ação 360 mil ha	(1), (2), (3)	18,0
	Capacitar agentes de fiscalização de várias instituições (governamentais e sociedade civil)	20 cursos 12 seminários 6 estudos de pós-graduação	(3), (5)	4,1
	Desenvolver e/ou aprimorar normas e procedimentos que coíbam a exploração florestal predatória	4 normas (IBAMA)	(1)	1,9

Custo para monitoramento e controle: US\$ 50,00/ha (Fonte: IBAMA)

Custo dos planos de ação por bioma: US\$ 1.800,00 (Fonte: Programa Nacional de Florestas)

Custos médios dos cursos de capacitação (US\$ 100.000,00), seminários (US\$ 150.000,00) e estudos publicados (US\$ 50.000,00)

1.4.5. BENEFICIÁRIOS E LOCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO

A implementação do Projeto contribuirá para as ações dos governos e instituições relacionadas diretamente com a conservação e uso florestal e indiretamente para gerar infra-estrutura, produtos florestais, educação e conhecimento na atividade florestal.

Os principais beneficiários são populações que vivem na floresta, pequenos e médios proprietários rurais que devem receber benefícios do incremento na renda familiar e empresários do setor florestal.

A incorporação de novas tecnologias e o fomento de áreas plantadas possibilitarão a geração de novos empregos. Por outro lado, a regularização da situação trabalhista associada ao uso e a conservação dos recursos florestais contribuirão para redução do êxodo rural.

O desenvolvimento das ações do Projeto beneficiará entidades ambientalistas voltadas para atividades de proteção ambiental, pesquisadores, entidades envolvidas com sistemas agroflorestais, fornecedores de insumos, prestadores de serviços e populações urbanas pela prestação dos serviços ambientais das florestas - melhoria da qualidade da água, do ar e do clima.

No quadro 2 , estão listados os principais beneficiários distribuídos nos respectivas regiões de atuação e biomas de ocorrência.

QUADRO 2 – BENEFICIÁRIOS E LOCALIZAÇÃO

COMPONENTE 1: MANEJO FLORESTAL

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	BENEFICIÁRIOS	LOCALIZAÇÃO
1.1. MANEJO DE ÁREAS PÚBLICAS	Identificar áreas potenciais para criação de unidades de uso sustentável	Populações tradicionais, Trabalhadores da produção florestal, Entidades Ambientalistas	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal
	Criação de unidades de conservação na Amazônia Legal, no Centro-Oeste e no Nordeste	Populações tradicionais, Trabalhadores da produção florestal, Entidades Ambientalistas	Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste
	Estruturar as unidades de conservação de uso sustentável já existentes	Populações tradicionais, Trabalhadores da produção florestal, Entidades Ambientalistas, Agentes governamentais	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga
	Implementar mecanismos de concessão florestal	Empresários do Setor madeireiro, Profissionais liberais.	Amazônia legal, Mata Atlântica, Caatinga
	Elaborar planos de manejo nas unidades de uso sustentável	Entidades Ambientalistas, Universidades, Populações Tradicionais.	Amazônia legal, Mata atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal
	Implantar programas de capacitação técnica em manejo florestal sustentável para distintos públicos alvo	Agentes governamentais, produtores, processadores, Populações tradicionais	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga
1.2. MANEJO DE ÁREAS PRIVADAS	Difundir a prática do Manejo Florestal Sustentável	Populações tradicionais, agentes governamentais, produtores, processadores.	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal.
	Apoiar e difundir a criação de Critérios e Indicadores nacionais, para o manejo Florestal visando a certificação	Populações tradicionais, agentes governamentais, Entidades Ambientalistas, Empresários do setor madeireiro	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga.
	Implementar regimes de acesso nas unidades de uso sustentável a partir da definição de modelos de exploração de áreas privadas	Empresários do setor madeireiro	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga.
	Incorporar o manejo florestal em pequenas e médias propriedades rurais	Pequenos produtores, Populações tradicionais	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga.
	Implantar programas de capacitação técnica em manejo florestal sustentável para distintos públicos alvo	Agentes governamentais, produtores, processadores, Populações tradicionais, Empresários do setor madeireiro.	Amazônia legal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal.

COMPONENTE 2: FOMENTO FLORESTAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	BENEFICIÁRIOS	LOCALIZAÇÃO
2.1. EXPANSÃO DE ÁREAS PLANTADAS	Promover o reflorestamento com ênfase em pequenas e médias propriedades, levando em consideração a integração floresta x indústria	27 mil pequenos proprietários rurais Profissionais liberais Empresários do setor florestal	Todos os biomas, exceto a Amazônia
	Promover e integrar a assistência técnica nas áreas prioritárias para reflorestamento	17 mil famílias rurais 34 técnicos ambientais Governos municipais	Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Campos
	Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades rurais	3 mil proprietários rurais Profissionais liberais Trabalhadores da produção florestal	Mata Atlântica, Cerrado, Campos
	Adequar os programas de crédito e financiamentos existentes aos aspectos técnicos do processo de reflorestamento	Governos estaduais e municipais Empresário do setor florestal Proprietários rurais que investem no setor florestal	Todos os biomas
	Implantar programas de capacitação técnica em reflorestamento para distintos públicos alvo	Governos estaduais e municipais Cooperativas de produtores rurais Universidades ONG's	Todos os biomas
2.2. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	Definir áreas prioritárias com base em bacias e microbacias hidrográficas, priorizando as pequenas e médias propriedades rurais	21 mil proprietários rurais Pesquisadores Entidades ambientalistas Governos (Federal, Estadual e Municipal)	Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Campos
	Analisar, desenvolver e adequar normas e instrumentos para incentivar a recuperação de áreas degradadas	Proprietários rurais Empresários voltados para ecoturismo Fornecedores de insumo Governos	Todos os biomas
	Apoiar financeiramente as atividades de recomposição em áreas críticas	4 mil pequenos proprietários rurais População urbana	Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Campos
	Apoiar iniciativas promissoras em locais de recomposição através de Prefeituras, ONG's e associações sem fins lucrativos	Prefeituras municipais, ONG's e associações sem fins lucrativos	Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga

COMPONENTE 3: MONITORAMENTO E CONTROLE

SUB-COMPONENTE	AÇÕES PREVISTAS	BENEFICIÁRIOS	LOCALIZAÇÃO
3.1. CONTROLE DO USO AMBIENTAL PREDATÓRIO	Desenvolver e/ou aprimorar normas e procedimentos que coíbam a exploração florestal predatória	Governos (Federal, Estadual e Municipal) Populações florestais Trabalhadores da produção florestal Populações urbanas	Todos os biomas
	Implementar em larga escala na Amazônia Legal as ações bem sucedidas de monitoramento e controle de desmatamento e queimadas identificadas e testadas em outros projetos (Promanejo, Prodesque)	Proprietários rurais Governos (Federal, Estadual e Municipal) Populações florestais	Bioma Amazônia
	Elaborar e implementar planos de ação para a redução, prevenção e combate a incêndios, queimadas acidentais e desmatamentos ilegais, nos diversos biomas	120 mil proprietários rurais Pesquisadores Entidades ambientalistas	Todos os biomas, exceto a Amazônia
	Capacitar agentes de fiscalização de várias instituições (governamentais e sociedade civil)	Prefeituras municipais, ONG's e associações sem fins lucrativos	Todos os biomas

começo e o uso sustentável das florestas, instrumentos de gestão florestal, definição de normas e mecanismos de financiamento de ações ambientais e de exploração

PR

PFdi()) públicos p. O TEXTO TENTANDO NÃO É O CASO PORTANTO, PRECISA DEMONSTRAR QUE O

necessidade (QUE CONCLUSÃO ???). COLOCAR ESSES DOCUMENTOS COMO BASE PARA AS DEMANDAS MENCIONANDO CADA UM DOS CONTEÚDOS.. Esses documentos revelam a importância do setor florestal na economia nacional incluindo a geração de renda, empregos e tributos. Além disso, o setor tem tido uma participação crescente nas exportações nacionais. – demonstram a necessidade de uma política de promoção do manejo florestal, elaboração e implementação de instrumentos econômicos, bem como a criação de florestas nacionais na Amazônia. como forma de ordenar a ocupação regional e incentivar o manejo florestal projeto piloto para testar as ideias desenvolvidas na agenda positiva do setor florestal incluindo o apoio às iniciativas promissoras de manejo florestal, reforma do sistema de monitoramento, e controle e realização de estudos estratégicos.)fi DecDEsseas comAí preliminar. Escumenos () () Além disso, utilizou-se () e para começou e foi concluída em.

durante o processo de consulta, destacam-se burocratização e sim expansão e consolidação da rede de Florestas Públicas (Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais), avaliação da criação de uma agência nacional de administração do parque induzida fase de implementação do Programa objetivando o aprimoramento com a incorporação de demandas

ões não-governamentais, empresários e governos estaduais. é efetivação do compromisso como com a O (ONU). De acordo com cada país deveria elaborar Éi (), todos. Al n) ().

² ou 65% do seu território de florestas nativas. De floresta tropical – quase um terço das florestas tropicais do mundo. As estimativas de estoque indicam um valor de 60 bilhões de m³ de madeira em tora. Além do valor madeireiro, a floresta tem riquezas muito mais amplas, como frutos, óleos, resinas, fibras e plantas medicinais. A Amazônia contém a mais rica biodiversidade do planeta e seus serviços ambientais contribuem para o equilíbrio do clima regional e global, especialmente pela manutenção dos ciclos hidrológicos, conservação do solo e retenção de carbono.

Entretanto, a maior parte da atividade florestal

Por outro lado, as florestas plantadas ocupam aproximadamente 6,4 milhões de hectares, dos quais 4,8 milhões de hectares são formados por eucaliptos e pinus. A

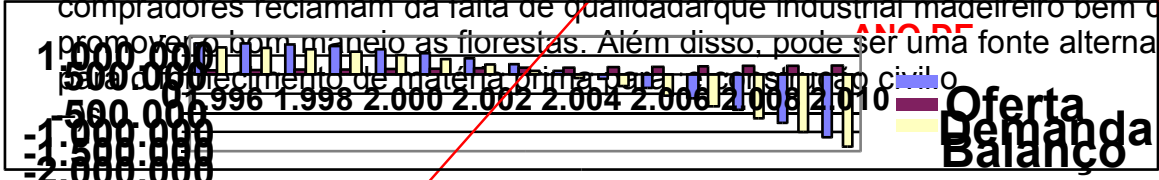
maior parte dos plantios florestais homogêneos localiza-se nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e destina-se à produção de celulose e papel, carvão vegetal para siderurgia, painéis, móveis, madeira serrada, resinas, óleos essenciais e borracha.

(te A .

ou 65% do seu território em tora. Albi ambientais que oresta presta al, especialmente pelo Atualmente, o debate gl As causas incluem a de abundância do recurso florestal, ausência de dades na promoção do manejo florestal por escassez de assistência técnica e extensão florestal mun 8ss8. As exportações a exaustão dos recursos florestais da Ásia. É roável que antes de 2.20 o Brasil se torne o mais exortador de madeira tropical

de uma política de incentivos fiscai Etretanto, óveis, esquadrias etc) e tanto, os compradores reclamam da falta de qualidadarque industrial madeireiro bem como

promover o bom manejo as florestas. Além disso, pode ser uma fonte alternativa para o crescimento de matéria prima para a indústria civil o



--	--

1. MA NEJ O FLO RE STA L		

1. MA NEJ O FLO RE STA L	

--	--

2. FO ME NT O DA BAS E FLO RE STA L PLA NTA DA		

2. FO ME NT O DA BAS E FLO RE STA L PLA NTA DA	

3. MO NIT OR AM ENT O E CO NT RO LE	

3. MONITOR AMENT OE CON TROL LE	

--	--	--	--

1. MA NEJ O FLO RE STA L			

1. MA NEJ O FLO RE STA L			

2. FO ME NT O FL OR ES TA L				

2. FO ME NT O FL OR ES TA L				

3. M O N I T O R A M E N T O E C O N T R O L E				

f

P emprego e conservação dos recursos florestais; .

fomento e ;

Promanejo, Pr;

florestal (

mel

c e)

;

-

9.1

	el								

.P

e e

plaonj;;.

	el								

1.4.6.11PERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

O Projeto apresentado é de abrangência nacional, ficando sua execução a cargo dos diferentes executores do setor florestal: consórcios municipais, secretarias estaduais, organizações não-governamentais, associações de empresas privadas voltadas para apoiar ações de fomento a expansão da base florestal plantada e manejada, entidades

profissionais e comunitárias, empresas públicas e autarquias, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, segmentos empresariais, instituições de ensino e pesquisa e outros.

Os recursos solicitados para o projeto de apoio ao uso sustentável das florestas brasileiras serão repassados para o orçamento do Governo Federal através do programa FLORESTAR (funções programáticas: Estudos para o Desenvolvimento Florestal Sustentável e Estudos para a Implementação de Projetos Florestais).

A descentralização dos recursos será realizada por meio de:

1. Convênios da SBF/DIFLOR/MMA com governos de estados, municípios e entidades não-governamentais;
2. Recursos aplicados no orçamento do IBAMA;
3. Recursos aplicados no Fundo Nacional do Meio Ambiente destinados a projetos de demanda induzida por meio de editais públicos;
4. Editais públicos para demandas específicas.

A descentralização das ações elencadas seguirão enquadramento nos procedimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000), a Instrução Normativa nº001/97-STN/MF (15/01/97), o manual de elaboração de projetos do PNF e (iv) MEMO Circular N.º 014/2001/GM do Gabinete do Ministro do Meio Ambiente que estabelece o roteiro para elaboração de projetos técnicos.

Seguindo as ações desenvolvidas no período 2000/2001 as entidades conveniadas foram treinadas e qualificadas para o desenvolvimento das ações previstas em cada componente do Projeto.

1.4.7. INFORMAÇÕES SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS

As ações propostas em cada um dos componentes atendem aos princípios dos benefícios sociais, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, qualidade ambiental, potencial de replicação, qualidade e inovação tecnológica, agregação de valor aos produtos florestais e sinergia com outras atividades coerentes ao desenvolvimento sustentável local ou regional. Os principais impactos ambientais positivos do Projeto são os seguintes:

- conservação da biodiversidade com o manejo de florestas naturais e recuperação de corredores biológicos em áreas de preservação permanente;
- recuperação e manejo de áreas de reserva legal;
- manutenção dos recursos hídricos;
- recuperação de áreas degradadas;
- plantio de florestas em áreas abandonadas e sub-utilizadas.

Estes impactos ambientais repercutirão também positivamente sobre outras questões sociais importantes relacionadas com uso sustentável da propriedade rural, tais como:

-
- redução do êxodo rural e melhoria da qualidade de vida do homem do campo;
- redução dos efeitos que geram as mudanças climáticas globais (seqüestro de carbono);
- geração de emprego e renda;
- desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas;
- incorporação da atividade de sistemas agroflorestais na pequena e média propriedade rural.

1.4.8. AÇÕES REALIZADAS PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

As ações de natureza estruturantes estão sendo realizadas, desde o lançamento do PNF, em 2000, com recursos próprios e outros oriundos de cooperação técnica e financeira, através da FAO, GEF, KfW e outros que visam estabelecer as condições preliminares para implementação do Projeto.

O Quadro 3, indica a relação de ações desenvolvidas, em cada componente, para subsidiar a implementação do Projeto.

QUADRO 3 – AÇÕES REALIZADAS EM 2000/2001 PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

COMPONENTE 1: MANEJO FLORESTAL

AÇÕES REALIZADAS	OBJETIVO
Edição 4 Instruções Normativas e Portaria Ministerial	Regularização dos planos de manejo
Parceria com o FNMA	Apoiar projetos de manejo em florestas nativas
Implementação das Unidades de Apoio Regional (UAPs) do PNF – Centro Sul, Nordeste e Norte	Fortalecimento das atividades para apoiar os programas estaduais de florestas
Convênio com a Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe	Elaboração do Plano para Ordenamento e Manejo de Recursos Florestais na Caatinga
Criação do Grupo Assessor de Estudos do ProManejo – GAEP	Discussão sobre o manejo na Amazônia
Consulta nacional sobre critérios e indicadores para o manejo florestal	Atender o Acordo TCA para florestas
Criação do Grupo de Trabalho de Apoio ao Agroextrativismo com a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS.	Desenvolvimento das ações conjuntas na Amazônia
Elaboração de Projeto para o Bioma Caatinga	Viabilizar o projeto de Assistência Preparatória, para GEF
Elaboração do documento “Regime de Concessão Florestal no Brasil”	viabilizar a concessão em florestas públicas
Elaboração do estudo “Identificação de Áreas com Potencial para Criação de Florestas Nacionais na Amazônia Legal”	Subsidiar a criação de mecanismos de concessão florestal
Elaboração do estudo “As Florestas Nacionais na Amazônia: Uma Consulta aos Empresários Madeireiros e Atores Afins da Política Florestal”.	Subsidiar a consulta pública

COMPONENTE 2: FOMENTO FLORESTAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS

AÇÕES REALIZADAS	OBJETIVO
Celebração de convênios para o Fomento ao Reflorestamento e Assistência Técnica aos Pequenos Proprietários Rurais	Implementar o projeto fazendeiro florestal na BA/MG/ES/GO/SC/MT/RS atendendo 18.000 famílias
Lançamento do Edital de demanda induzida para Estruturação de Redes de Fomento para Oferta de Sementes de Espécies Florestais Nativas	Criar um mercado de sementes e mudas florestais nativas
Parceria com o FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) em 33 projetos nas áreas de diversidade biológica florestal, silvicultura e agrosilvicultura com espécies nativas	Apoiar projetos de demandas espontâneas
Redefinição de mecanismos de financiamentos do Fundos Constitucionais e mecanismos financeiros já existentes	Viabilização de mecanismos de crédito e financiamento através de Negociações com os Fundos Constitucionais: FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste), FNO (Fundo Constitucional do Norte) e FNE (Fundo Constitucional do Nordeste); com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com os Fundos Setoriais, com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que atendam as peculiaridades da atividade florestal
Realização de 8 seminários regionais sobre a reposição florestal obrigatória	Subsidiar a reformulação dos procedimentos referentes à Reposição Florestal
Preparação do Subprograma Mata Atlântica – PPG-7 pelo Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica – NAPMA	Inserir este componente no contexto do PPG-7 e outros mecanismos de apoio
Celebração de convênios com consórcio de municípios e estados	Para o fomento ao Reflorestamento e Assistência Técnica aos Pequenos Proprietários Rurais

Lançamento do Edital de Demanda Induzida	Para apoio a difusão de tecnologias em sistemas agrosilvicultura com espécies nativas em todo o país.
Estudo para definição de critérios de elegibilidade projetos	Para aprovação de projetos que atendam os princípios do mecanismo de desenvolvimento limpo - MDL
Compilação da Legislação Florestal	Catalogar as legislações estaduais para subsidiar o projeto de atualização do Código Florestal Brasileiro
Coordenação de Câmara Técnicas	Coordenação da discussão nacional sobre o Código Florestal e Mata Atlântica

COMPONENTE 3: MONITORAMENTO E CONTROLE

AÇÕES REALIZADAS	OBJETIVO
Convênio com entidade	Elaboração dos Planos Regionais e estratégias para redução de queimadas e incêndios florestais nas regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste (FINATEC)
Criação do Fóruns de Consumidores de Produtores Florestais	Assegurar a regulamentação da atividade florestal, assegurando a participação equilibrada dos representantes dos setores produtivos, sociais e ambientais
Convênios para o desenvolvimento de novas tecnologias de controle e monitoramento do uso dos recursos florestais	Intensificação das ações de monitoramento, controle e fiscalização em todos os biomas, reforçando as iniciativas do IBAMA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e órgãos estaduais de meio ambiente
Elaboração e implantação do Programa Amazônia Fique Legal	Implementar ações de controle descentralizadas na Amazônia consolidando outras iniciativas e implantação de sistema de monitoramento operacional.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR

2.1. IDENTIFICAÇÃO

O responsável pelo pagamento do principal e demais encargos financeiros decorrentes da contratação do empréstimo externo será a União por intermédio do Ministério do Meio Ambiente.

O responsável frente à Agência Financiadora pela implementação do projeto, através do exercício do controle direto da ação ou do exercício coordenado das várias ações previstas no Projeto, será o Ministério do Meio Ambiente, através da Diretoria do Programa Nacional de Florestas, tendo como co-executores o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, e nos níveis estadual e municipal, os respectivos governos dos Estados e Municípios.

Desde que obedecida a legislação pertinente à transferências de recursos da União, será estimulada a participação, a título de co-executores, em campo de consórcios municipais, organizações não-governamentais, associações de empresas privadas, entidades profissionais e comunitárias ou empresas públicas e autarquias.

O apoio financeiro externo é solicitado para as despesas com investimento, sendo as despesas de custeio realizadas com recursos da contrapartida.

Ressalta-se que o Ministério do Meio Ambiente foi o primeiro a preparar-se para execução dos programas do Programa Plurianual (PPA) do Governo Federal, pois a reorganização de sua estrutura (Secretarias e Diretorias) coincide com a sistemática de gestão por programa proposto no PPA.

2.2. EXPERIÊNCIAS DO EXECUTOR COM ORGANISMOS FINANCEIROS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS

O Ministério do Meio Ambiente, durante a sua existência ou através dos órgãos que o antecederam, acumula uma significativa experiência no manejo de recursos oriundos de Acordos de Empréstimo firmados pelo Governo Brasileiro com Agências de Financiamento e Cooperação Multilaterais. Destacam-se, sobretudo, as desenvolvidas com o BIRD, BID, e KfW. Cabe também relacionar os acordos de cooperação técnica e financeira com a Organização Internacional de Madeira Tropical (OIMT), Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (DFID), Agência de Cooperação do Japão, República Francesa e FAO.

Como consequência dessa experiência, não serão necessários gastos com a capacitação de recursos humanos, nem tampouco o estabelecimento de arranjos organizacionais internos para a implementação do Projeto.

Algumas experiências do executor com organismos financeiros e agências governamentais estrangeiras encontram-se discriminadas no ANEXO II.

2.3. AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR

A gestão institucional dos recursos serão descentralizadas, a partir da indicação de comitês de projeto que visam identificar as iniciativas inovadoras tornando o processo mais transparente. Esta dinâmica de qualificar as ações previstas em cada componente do Projeto, já está estabelecida através das Unidades de Apoio do PNF – UAP's, instaladas em cada região.

As UAP's são unidades técnicas instaladas em parcerias com organizações estaduais, federais e não governamentais com estrutura técnica permanente e deverão ser reforçadas com a contratação de novos profissionais e equipamentos para o desenvolvimento e monitoramento das ações de campo.

Este reforço as UAP's se estenderá a cada parceria estabelecida na forma de capacitação e qualificação das equipes de gestão e implementação das ações previstas em cada componente em cada região.

No contexto que ampliar as contribuições das parcerias o fortalecimento institucional é considerado pré-requisito para a adesão dos termos do Projeto. Para tanto, as ações realizadas e os convênios e termos de cooperação, efetivados em 2000 e 2001, contemplam um componente específico de treinamento e capacitação que inclui etapas

que vão desde a elaboração de propostas, enquadramento nos modelos de projeto, monitoramento até a prestação de contas de recursos aplicados.

Para garantir maior flexibilidade ao processo de alocação de recursos financeiros e materiais, cada UAP conta com um núcleo de apoio para viabilização destes procedimentos junto aos agentes bancários.

O fortalecimento institucional, incluindo os serviços de assistência técnica e extensão, que não possa ser atendido pela atual estrutura de UAP's ou das parcerias deverá ser inclusa na concepção das metas estabelecidas em cada projeto de parceria.

PERÍODO/FONTES	EXECUTOR OU CO-EXECUTOR	2002 - 2005		VAOR TOTAL (Milhões US\$)
		FONTES EXTERNAS (55%)	FONTES INTERNAS (45%)	
		VALORES (Milhões US\$)		
PERÍODO/FONTES	EXECUTOR OU CO-EXECUTOR	2002 - 2005		VAOR TOTAL (Milhões US\$)
COMPONENTES DO PROJETO POR CATEGORIA DE DESPESA		FONTES EXTERNAS (55%)	FONTES INTERNAS (45%)	
		VALORES (Milhões US\$)		
1.1. MANEJO DE ÁREAS PÚBLICAS 1) CUSTEIO (25%) : (Milhões US\$ 13) 2) INVESTIMENTO (75%) : (Milhões US\$ 39)	MMA/PARCERIAS 44 44	BIRD (US\$ 29)	FLORESTAR SUSTENTAR (US\$ 23)	52
1.2. MANEJO DE ÁREAS PRIVADAS 1) CUSTEIO (25%) : (Milhões US\$ 5,5) 2) INVESTIMENTO (75%) : (Milhões US\$ 16,5)	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 12)	FLORESTAR FLORESCER (US\$ 10)	22
2.1. EXPANSÃO DE ÁREAS PLANTADAS 1) CUSTEIO (25%): (Milhões US\$ 12,5) 2) INVESTIMENTO (75%): (Milhões US\$ 37,5)	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 12)	SUSTENTAR FLORESCER (US\$ 38)	50
2.2. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS 1) CUSTEIO (25%): (Milhões US\$ 6,3) 2) INVESTIMENTO (75%): (Milhões US\$ 18,9)	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 13,9)	FLORESTAR SUSTENTAR FLORESCER (US\$ 11,3)	25,1
3.1. CONTROLE DO USO AMBIENTAL PREDATÓRIO 1) CUSTEIO (25%): (Milhões US\$ 9,5) 2) INVESTIMENTO (75%): (Milhões US\$ 28,4)	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 20,8)	FLORESTAR SUSTENTAR FLORESCER (US\$ 17,1)	37,9
COMPONENTES DO PROJETO POR CATEGORIA DE DESPESA				
1.1. MANEJO DE ÁREAS PÚBLICAS 1) CUSTEIO (25%) : (Milhões US\$ 13) 2) INVESTIMENTO (75%) : (Milhões US\$ 39)	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 29)	FLORESTAR SUSTENTAR (US\$ 23)	52
1.2. MANEJO DE ÁREAS PRIVADAS 1) CUSTEIO (25%) : (Milhões US\$	MMA/PARCERIAS	BIRD (US\$ 12)	FLORESTAR FLORESCER	22

1. MA NEJ O FLO RE STA L				

--	--	--	--	--

1. MA NEJ O FLO RE STA L				

2. FO ME NT O FL OR ES TA L					

2. FO ME NT O FL OR ES TA L					

3. M O N I T O R A M E N T O E C O N T R O L E					

os estais e muem como do set. Portanto os rea

3.2. CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS

Algumas ações do Projeto estão associadas à formulação de modelos, desenvolvimento de sistemas, mecanismos e instrumentos de apoio ao desenvolvimento florestal sustentável. A área florestal do setor público não conta com recursos humanos em quantidade e qualidade suficiente para o cumprimento de todas as ações previstas. Deste modo, torna-se importante à contratação, quando necessário, de empresas, pessoas físicas especializadas para estudos, pesquisas, projetos, prestação temporária de assistência técnica e outros serviços correlatos, tratados genericamente como consultoria e administração. Neste contexto, faz-se uma reserva de US\$ 9.000.000 para a cobertura de gastos com consultoria, assistência técnica e estudos referentes ao Projeto.

3.3. MEDIDAS E INSTRUMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

As providências de natureza legal, para implementação das ações previstas no Projeto, no âmbito do MMA e das parcerias institucionais e não governamentais estão respaldadas na Medida Provisória nº2.166/67, referente a atualização do Código Florestal e no Decreto Presidencial nº3.240, de 22 de abril de 2000, que criou o Programa Nacional de Florestas.

Para implementação das ações descentralizadas, previstas no Projeto, foram efetivados instrumentos de cooperação que se somam a outros mecanismos de parcerias, entre eles: **17 convênios com estados; 23 convênios com consórcios de municípios; 25 termos de cooperação para implementação dos programas florestais estaduais; 35 convênios com entidades não governamentais; lançamento de 2 editais de demanda induzida; cadastro de 87 propostas de projetos; 12 contratos de serviços com empresas e pessoas físicas para desenvolvimento de estudos e elaboração de instrumentos para respaldar a implementação do Projeto.**

4. RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A SECRETARIA EXECUTIVA DA COFLEX

4.1.TITULAR

NOME/CARGO: José Carlos Carvalho - Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente

TELEFONE: 61- 317 1205

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios - Bloco B 7º andar - Brasília - DF

CEP: 70.068-900

FAX: 61- 317 1468

Email: jose-carlos.carvalho@mma.gov.br

4.2.SUBSTITUTO

NOME/CARGO: Raimundo Deusdará Filho - Diretor do Programa Nacional de Florestas

TELEFONE: 61-317 1140/ 317 1493

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios - Bloco B 7º andar - Brasília - DF

CEP: 70.068-900

FAX: 61-323 7936

Email: raimundo.deusdara@mma.gov.br

4.3. COORDENAÇÃO TÉCNICA

NOME/CARGO: Hélio dos Santos Pereira – Gerente de Projetos de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas

TELEFONE: 61-317 1137/ 317 1496

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 7º andar - Brasília - DF

CEP: 70.068-900

FAX: 61-323 7936

Email: helio.pereira@mma.gov.br

ANEXO I

A previsão para a duração do PNF é de 10 anos e o quadro abaixo ilustra a sua demanda orçamentária ao longo de 3 fases estabelecidas:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DO PROGRAMA PLANO DE INVESTIMENTOS (anos 1 a 10) (US\$ milhões)

Discriminação	Fase 1 4 anos	Fase 2 3 anos	Fase 3 3 anos	Total	(%)
Fonte Externa BIRD	100	150	200	450	51
Fonte Interna Gov. Federal, Estaduais e Municipais	87	150	200	437	49
TOTAL	187	300	400	887	100

ANEXO II

EXPERIÊNCIAS COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS

EXECUTORES		TÍTULO DO PROJETO	N.º DO CONTRATO	VALOR (US\$)	PRAZOS DE EXECUÇÃO
				EMPRÉSTIMO	ORIGINAL
MIMANI STÉRIO DO MEIO AMBIEN TE	BD	Programa de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal	1216/OC-BR	13.800.000,00	Agosto 2000 a Agosto 2003
	BID	Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FASE II	1013/SF-BR	40.000.000,00	Abril 1999 a Dezembro 2001
	BIRD	Programa para o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido	4310-BR	175.822.288,52	Junho 1998 a Junho 2003
	BIRD	Programa Nacional do Meio Ambiente II	4524-BR	30.000.000,00	Junho 2000 a Junho 2003
MMA IBAM A	BIRD	Programa de Prevenção e Controle de Queimadas no Arco do Desmatamento na Amazônia	4389-BR	20.000.000,00	Outubro 1999 a Junho 2001
	KfW	PPG7 – PRÓ MANEJO	9965811 (Parte I e II)	18.200.000,00	Julho 1999 a Julho 2004
	RFT		TF 21961		

